

UMA SITUAÇÃO ALIMENTAR URBANA: O COMÉRCIO POPULAR DE ALIMENTAÇÃO NO CENTRO DE CAMPINAS

Una Situación Alimentaria Urbana: el comercio popular de alimentación em el centro de Campinas

An Urban Food Situation: the popular sales off food in the center of Campinas

RESUMO

O artigo aborda o estudo da *Situação Alimentar Urbana* como um caminho analítico para a compreensão das cidades contemporâneas; O centro de Campinas possui um circuito econômico diverso, dinamizado pelo fluxo de trabalhadores que perpassa diariamente a região. Resultante de uma cidade desigual, sobressai-se desse circuito econômico um comércio popular de alimentação. Para tal análise, faz-se uso da teoria dos *dois circuitos da economia urbana* e do *mercado socialmente necessário*. Discute-se, assim, o centro da cidade de Campinas como o abrigo das *práticas alimentares* dos pobres urbano.

Palavras-chave: *Situação Alimentar urbana*, centro de Campinas, comércio popular de alimentação.

RESUMEN

El artículo aborda el estudio de la *Situación Alimentaria Urbana* como un camino analítico para la comprensión de las ciudades contemporâneas; El centro de Campinas posee un circuito económico diverso, dinamizado por el flujo de trabajadores que atraviesa diariamente la región. Resultante de una ciudad desigual, sobresale de ese circuito económico un comercio popular de alimentación. Para tal análisis, se hace uso de la teoría de los *dos circuitos de la economía urbana* y del *mercado socialmente necesario*. Se discute así el centro de la ciudad de Campinas como el abrigo de las *prácticas alimentarias* de los pobres urbanos

Palabras-clave: *Situación Alimentaria Urbana*, centro de Campinas, comercio popular de alimentación.

ABSTRACT

The article approaches the study of the *Urban Food Situation* as an analytical way to understand contemporary cities; The center of Campinas has a diverse economic circuit, dynamized by the

Livia Cangiano Antipon

Mestra em Geografia. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

liviacangiano@gmail.com

Artigo recebido em:

27/09/2018

Artigo publicado em:

28/11/2018

flow of workers that pervades the region daily. Resulting from an unequal city, a popular food trade stands out from this economic circuit. For this analysis, one makes use of the theory of the *two circuits of the urban economy* and of the *socially necessary market*. Thus, the center of the city of Campinas is discussed as the shelter of the poor urban *food practices*.

Keywords: *Urban Food Situation*, center of Campinas, popular sales off food

INTRODUÇÃO

Município do estado de São Paulo, Campinas, com 1.173.370 habitantes (IBGE, 2016), abriga em seu centro, diversos circuitos econômicos, dinamizados pelo fluxo intenso de pessoas que perpassa diariamente a região, principalmente a trabalho.

Enfocamos a dinâmica da economia política da cidade e da urbanização campineira por meio da análise do comércio popular de alimentação, sobretudo no centro da cidade.

Analicamente, esse comércio pode ser incluído no conjunto das atividades do *circuito inferior da economia urbana* (Santos, 1979a), e, para o seu estudo, realizamos incursões de campo nos bares e restaurantes populares e no comércio ambulante de alimentos de rua, com o intuito de quantificar e qualificar a geração de emprego e renda produzidos pelo A. Ribeiro (2005) denominou de *mercado socialmente necessário*.

O centro de Campinas possui ruas nas quais o comércio e os serviços têm uma variada dinâmica que, consoante aos diferentes horários de funcionamento, é distinta em vários períodos do dia. É uma área na qual o fluxo de pessoas é inten-

so, tanto de trabalhadores quanto de consumidores, muitos dos quais possuem baixos salários e, por essa razão, são dependentes de uma alimentação de menor preço, o qual o circuito inferior da economia urbana consegue oferecer.

O presente artigo se divide em três partes: em um primeiro momento abordamos o estudo da *Situação Alimentar Urbana* como um caminho analítico para a compreensão das cidades contemporâneas; logo em seguida, refletindo sobre as possíveis entradas de método para o estudo da questão alimentar da cidade, tratamos da teoria dos *dois circuitos da economia urbana* e do *mercado socialmente necessário* e, por fim, precedem as nossas considerações finais, a discussão acerca do centro da cidade de Campinas como o abrigo das *práticas alimentares* dos pobres urbano.

Resultado de uma cidade desigual, o circuito comercial popular de alimentação é aqui compreendido por estabelecimentos fixos – bares e restaurantes populares – e móveis – ambulantes de alimentos das ruas. Ambos são encontrados nos interstícios do tecido urbano do centro de Campinas, permitindo um novo uso de seu



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

espaço, criado e mantido pela pobreza, ou seja, por aqueles que trabalham e aqueles que só podem consumir no comércio popular da alimentação.

O ESTUDO DA SITUAÇÃO ALIMENTAR URBANA COMO CAMINHO PARA A COMPREENSÃO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Historicamente, o ritual da alimentação se constitui como um elemento central da vida cotidiana dos seres humanos. O ato de se alimentar carrega em si múltiplos significados inerentes à sua própria característica biológica e social: é ele quem permite, em primeiro lugar, a sobrevivência dos seres humanos, configurando-se, portanto, como uma necessidade primária. E, em seguida, podemos dizer que também permite as inúmeras formas de organização e integração – social, econômica, cultural e política – dos mesmos.

Por possuir esse caráter central na sobrevivência dos indivíduos e na reprodução da sociedade, a alimentação se converte

en una de las actividades humanas más polivalentes y expresiva a la vez: genera conflictos, permite la reciprocidad y el intercambio, es básica en el establecimiento y mantenimiento de la sociabilidad, classifica a los individuos y a los grupos sociales, manifiesta las formas de entender el mundo e incorpora um gran poder de evocación simbólica (Espeitx; Gracia, 1999, p. 138).

O estudo da alimentação, nesse sentido, configura-se como um fenômeno complexo, pois permite inúmeras dimensões de análises e reflexões, além de diversos caminhos a serem percorridos, os quais

possuem muitas vias de acesso. Por incluir em suas manifestações “todas as relações que permeiam o sentido e as práticas alimentares” (Freitas, Minayo, Fontes, 2011), ou seja, relações culturais, políticas, econômicas e sociais, o campo da alimentação é necessariamente interdisciplinar e, por essa razão, admite leituras sob a perspectiva de diversas áreas do conhecimento – incluindo, aqui, as contribuições obrigatórias da Geografia.

Vale pontuar, contudo, que as publicações acerca da alimentação, no que concerne ao seu aspecto social, versam, majoritariamente, no campo da História, da Antropologia e da Nutrição – disciplinas, portanto, fundamentais para a compreensão das práticas e análises da comida no século atual. As antropólogas Espeitx e Gracia (1999), por exemplo, admitem que qualquer grupo humano, para reproduzir-se, deve garantir mecanismos que assegurem a consecução do ato de alimentar-se. É por essa razão que em todas as organizações sociais, as atividades relacionadas a esses mecanismos, como a produção, a distribuição, o comércio e o consumo de alimentos, mostram-se relevantes para a compreensão mais profunda do aspecto sociocultural, econômico e, sobretudo, espacial da alimentação – e da cidade –, ou seja, para um conhecimento sistemático das situações alimentares de cada lugar.

Entende-se por *Situações Alimentares Urbanas* a noção de que determinados lugares, sobretudo os centros das cidades, apresentam uma presença

maciça de instituições alimentares – tais quais os restaurantes *self-service* ou os que servem pratos triviais, os bares que vendem, além de bebidas, salgados e doces, as barraquinhas de comidas em lugares movimentados, os *trailers* de sanduíches presente nas ruas das cidades em todos os horários, entre outros –, as quais ao se constituírem como uma importante força econômica para as cidades denunciam a existência de uma expressiva massa de trabalhadores que circulam e, muitas vezes, realizam de maneira dependente uma alimentação fora de seus lares.

Os aspectos das situações alimentares podem ser analisados a partir dos vínculos que os distintos grupos humanos estabelecem com os alimentos, incluindo os momentos associados ao abastecimento e a circulação dos mesmos, as formas de sua manipulação – que pode ser representada tanto pela seleção e elaboração, quanto pelas técnicas culinárias –, os costumes e ideologias embutidas nessas manifestações, além da ordem e das normas que acompanham o consumo e o regime alimentares (Espeitx, Gracia, 1999, p. 138).

Conforme Flandrin e Montanari (1998), o regime alimentar, ou seja, o processo de estabelecimento de uma rotina que garanta o ato de se alimentar, “tem papel essencial no processo de definição de um modelo de vida civilizado (modelo já por si profundamente ligado à noção de cidade)” (Flandrin, Montanari, 1998, p. 108). É ele quem permite três valores

decisivos a esse modelo de vida: (i) a comensalidade, isto é, o ato de comer não somente para satisfazer uma necessidade elementar do corpo, mas, sobretudo, para transformar esse processo em um momento de sociabilidade, ou seja, em um ato carregado de forte conteúdo social e de grande poder de comunicação (Flandrin, Montanari, 1998), (ii) os tipos de alimentos consumidos e (iii) a cozinha e a dietética.

Esse conhecimento sistemático de uma situação alimentar se constitui, sobretudo, como um elemento fundamental para a análise das realidades espaciais urbanas, já que são os habitantes da cidade os que mais dependem do mercado de alimentos – e, conseqüentemente, de uma rede de produção, captação, distribuição e comercialização dos mesmos – para fazerem suas provisões (Flandrin, Montanari, 1998, p. 118). Soma-se a isso o fato de serem esses os sujeitos que cotidianamente, inseridos em uma rotina atrelada ao trabalho, precisam se organizar para garantir seus respectivos restauros nos ambientes distantes de seus lares. Ou seja, encontram-se nas cidades os maiores dependentes de um circuito espacial produtivo que garanta a concretização do ato de se alimentar.

Nesse sentido, torna-se essencial refletir sobre determinadas questões, as quais possibilitam uma compreensão mais profunda do circuito espacial produtivo da alimentação. Santos (1969, p. 97) afirma, por essa razão, que um esmiuçado “*étude d’une situation alimen-*



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

taire par l'intermédiaire de la connaissance des mécanismes commerciaux peut nous permettre de saisir un des aspects de l'organisation régionale".

Assim, saber quais são os tipos de alimentos que estão sendo comercializados, bem como dos seus lugares de origem, dos objetos técnicos envolvidos nessas atividades, dos meios pelos quais os alimentos estão sendo dinamizados pelos territórios, quem são os vendedores e fornecedores participantes desse circuito, quem é a parcela da população dependente desse circuito para a sua restauração, além do tempo destinado para esse momento de reprodução da vida, possibilita uma importante análise e reflexão acerca da dinâmica dos espaços de comercialização dos alimentos nas cidades e, sobretudo, acerca das diferentes organizações estabelecidas pelos sujeitos participantes e dependentes desse processo.

Busca-se, então, compreender as organizações espaciais tanto dos participantes da fase comercial desse circuito espacial produtivo da alimentação, quanto dos dependentes de uma alimentação que só pode ser realizada nas ruas da cidade e, muitas vezes, de maneira mais barata.

Há, com essa busca, uma imersão no conteúdo geográfico do mundo vivido (Buttimer, 1982), a qual vem permitindo aprofundar o conhecimento sobre as maneiras de se virar na metrópole (Ribeiro, A., 2013c) para a garantia de sobrevivência em espaços desiguais; os tempos e ritmos tributários ao

modo de produção vigente; e as trajetórias temporais e espaciais desses sujeitos comerciantes e consumidores de refeições mais baratas. Apresenta-se, portanto, o encontro de informações valiosas as quais permitem uma apreensão dos múltiplos aspectos da realidade constituída das relações urbanas cotidianas e coletivas dos trabalhadores e consumidores produtores das cidades.

Conforme Harvey (1982), a dicotomia entre o viver e o trabalhar – divisão artificial imposta pelo modo de produção capitalista –, ao obrigar os trabalhadores a reproduzirem parte de suas forças nas ruas, possibilita o crescimento de instituições alimentares que se estruturam como forma de “abrigo” para esses sujeitos.

É fundamental pontuar que o padrão de vida dos trabalhadores está intimamente ligado ao custo e à qualidade dos elementos que permitem a sua reprodução. A força de trabalho,

(...) procurando se proteger e promover seu padrão de vida, envolve-se numa sucessão de batalhas no ambiente de viver (e também no de trabalhar), em torno de uma variedade de aspectos relacionados com a criação, administração e uso do ambiente construído¹ (Harvey, 1982, p. 9).

Há uma força entre os trabalhadores que impele – em seus dois locais de reprodução – **um contínuo esforço para manter baixo o custo de vida** ao tentar incluir “razoáveis padrões de **nutrição**, saúde, habitação, educação, recreação, diversão, etc” (Harvey, 1982, p.8, grifo nosso).

Nesse sentido, cabe salientar que os trabalhadores, afetados pela organização do meio ambiente construído na medida

1 - Harvey (1982, p. 6), utiliza a expressão “ambiente construído” para designar a “totalidade das estruturas físicas – casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques equipamentos culturais e educacionais, etc”.

em que o capitalismo se expande e pelos altos custos de vida como resultado dessa expansão, não são obrigados apenas a se alimentarem nas ruas, mas, sobretudo, a buscarem pelas refeições mais baratas possíveis. Assim, necessitam de locais em que exista um circuito específico de restaurantes, bares e ambulantes da alimentação que consigam ofertar essa situação. É por essa razão que a proliferação desses estabelecimentos aumenta em proporção direta com a ascensão de uma classe trabalhadora que necessita reduzir seus custos de reprodução nos locais onde trabalha.

A própria origem da palavra “restaurante” designa o ato de se restaurar: ela surge do processo em que trabalhadores ou viajantes, depois de longas jornadas de atividades, recompunham as suas forças com os “caldos restauradores”², os quais poderiam ser adquiridos tanto nos estabelecimentos de comida e bebida (restaurantes e bares), quanto nas chamadas “cozinhas móveis” de rua (estabelecimentos móveis de alimentação). Lugares, portanto, de histórica importância e função social: **restaurar** através da comida e da bebida as forças de trabalhadores, estudantes e homens de negócios que transitavam pelas ruas (Pitte, 1998, p.755).

Essa situação alimentar já data, segundo fontes históricas, de épocas bem antigas (tabernas da Idade Média, por exemplo), mas a sua inserção efetiva na vida cotidiana, principalmente dos trabalhadores, ocorreu conjuntamente com a urbanização

dos lugares, demarcando uma importante correlação com o processo: “tomou amplitude e diversificou-se no mesmo ritmo da urbanização à qual, de modo especial, permaneceu (ligada)” (Pitte, 1998, p. 751).

Objetivamos assim, apresentar de que forma um determinado circuito econômico urbano produz e organiza essa situação alimentar que tudo nos indica ser o abrigo de uma parcela de trabalhadores que se esforça rotineiramente por manter baixo o custo de reprodução de suas vidas.

Há, com tal esforço analítico, uma importante tarefa de expor a espessura desse circuito econômico urbano na cidade de Campinas: trabalhadores e fornecedores da comida restauradora acessível aos trabalhadores e estudantes dependentes desse circuito para manutenção de suas rotinas.

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E O MERCADO SOCIALMENTE NECESSÁRIO: O MÉTODO GEOGRÁFICO E O ESTUDO DA ALIMENTAÇÃO NA CIDADE

A história espacial dos espaços do Terceiro Mundo configura-se por sua seletividade (Santos, 1979a). Esses espaços se organizam e desorganizam-se em função de ordens modernizadoras longínquas, as quais, muitas vezes, não atendem em sua inteireza todos os lugares. Isso significa que a prática da modernização – corroborada pelo vetor do crescimento – é capaz de equipar os territórios

2 - Para o geógrafo Pitte (1998, p. 755), “Desde o final da Idade Média a palavra “restaurant” designa esses caldos ricos que incluem carne de aves e boi, diversas raízes, cebolas, ervas e, segundo as receitas, especiarias, açúcar-cande, pão torrado ou cevada, manteiga, assim como produtos de aparência tão insólita quanto pétalas secas de rosas, passas, âmbar, etc”.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

3 - *Afirma-se em Santos (1994a, p. 125) que “A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes”.*

de grandes firmas e normatizá-los- caso de grandes redes de comercialização de alimentos como as franquias de *fast food* - em função das mesmas, em detrimento das pequenas empresas – vide as espessuras de comércio popular de alimentos tratadas nesse artigo – e da população como um todo (Santos, 1990).

Nesse sentido, afirma-se a existência de um motor da modernização, que ao impor um uso seletivo e dialético dos territórios, legitima a geração de riquezas resultantes de um crescimento econômico baseado no desenvolvimento material; e difunde, cada vez mais, uma crise social e política, pois permite nas cidades uma expansão da pobreza. Compõe-se, dessa maneira, uma parte da população dependente de um circuito econômico que consiga suprir suas necessidades básicas, incluindo, principalmente, a alimentação.

Conforme J. Souza (2014, s/p), “nenhuma sociedade complexa é tão absurdamente desigual como a nossa, na qual quase 70% do PIB é ganho de capital – lucro, juro, renda da terra ou aluguel – e está concentrado no 1% mais rico da população (e) só 30% cabe aos salários dos restantes 99%”.

Assim também aborda Santos (1979b, p. 37) sobre esse processo contraditório:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens de serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las.

Esse abismo existente entre uma massa de pessoas que recebe salários muito baixos, o que implica proporcionalmente altos gastos com a alimentação, e uma minoria com rendas muito elevadas cria, além de diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, “parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida (e) comportamentos” (Santos, 1990, p.122) que se configuram de maneira específica nos lugares, resultando na existência de dois diferentes espaços econômicos consequentes – diretos e indiretos – do uso corporativo da cidade (Santos, 1990).

Diante dessa história urbana – seletiva e contraditória – urge a necessidade de uma teoria espacial que permita pensar a cidade em sua totalidade, ou seja, a cidade enquanto abrigo dessas duas áreas de mercados diferenciados e complementares (Montenegro, 2012). Logo, para analisar a situação alimentar urbana das cidades contemporâneas, é imprescindível uma reflexão que seja capaz de abarcar as especificidades que surgem dessa organização espacial em que há coexistência de divisões territoriais do trabalho (Silveira, 2004, p.60), retratadas nessas diferentes áreas de mercado de uma cidade (Montenegro, 2006).

Nesse sentido, Santos (1979b) propõe como método para melhor se compreender a formação *sócio espacial* dos países do Terceiro Mundo, a *teoria dos dois circuitos da economia urbana*, na qual se entende que a cidade³ é constituída de

dois subsistemas de mesma origem, interdependentes e complementares: *o circuito superior*, uma consequência direta da modernização tecnológica, e *o circuito inferior*, organizado por atividades de pequenas dimensões, trabalho intensivo e destinado, na maioria das vezes, às classes mais pobres, “excluídas” dessa modernização. Separados apenas para níveis analíticos, e cindidos na materialidade, diferenciam-se pela intensidade das variáveis de capital, organização e tecnologia (Santos, 1979a).

O circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a), elemento essencial para uma real apreensão da realidade socioespacial em que vivemos, é resultado de um modelo modernizador excludente e, portanto, nasce da pobreza dos lugares a partir das diversas manifestações econômicas instituídas para a sobrevivência – revela-se, assim, como a economia dos pobres na cidade e como uma das principais fontes de comercialização de refeições baratas aos trabalhadores da urbe.

Esse circuito faz referência às atividades em que os capitais são reduzidos e o nível organizacional não é burocratizado, mas realizado segundo ações face a face e de base normalmente familiar. Além disso, as técnicas utilizadas são as mais rudimentares, não incorporando em sua inteireza as novas tecnologias do setor em questão. Trata-se de uma importante entrada analítica para o estudo da comercialização popular de refeições nas cidades, sobretudo

do em seus centros.

Em contrapartida, o circuito superior da economia urbana (Santos, 1979a) é organizado por grandes empresas representativas de uma economia globalizada, ou seja, em sua maioria, empresas que desempenham suas atividades localmente, “mas integradas com as de outra cidade de nível mais alto, ou com as de outra parte do país, ou ainda com as de outro país” (Santos, 1978, p. 52), possuidoras de altos graus de tecnologia, organização e capital. No que tange ao tema em questão, tem-se como exemplo as grandes redes⁴ comercializadoras de alimentos e bebidas distribuídas por toda Campinas e o restante do território nacional.

De modo diverso do circuito superior, o circuito inferior da economia urbana configura-se como um mercado que abriga outros sujeitos responsáveis pela *economia política da cidade* (Santos, 1994a) – que não os da concepção única e hegemônica das trocas comerciais. Ou seja, também são eles os incumbidos – do ponto de vista do trabalho – pela produção e abastecimento alimentar da urbe em questão.

Entendendo, por essa lógica, que a cidade é produto tanto do funcionamento do capital, quanto do funcionamento do trabalho, a economia política – que tem como objeto de estudo as relações sociais de produção, as suas condições de realização e a suas consequências (Santos, 1994a; Sandroni, 1999) – torna-se ferramenta imprescindível para a análise dos fenômenos urbanos, uma vez que a

4 - *Especificamente tem-se como exemplo trabalhado na pesquisa a empresa multinacional Atacadão como referência de distribuição de alimentos e bebidas na cidade de Campinas.*



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

mesma “não pode prescindir do dado espacial” (Santos, 1994a, p. 111), já que o espaço geográfico, segundo o mesmo autor, é ele mesmo resultado da produção, ou seja, de uma interação entre trabalho acumulado e trabalho presente⁵.

Logo, a reflexão sobre a economia política é em verdade uma tentativa de captar o movimento – o qual produz e é produzido pela urbe – da divisão técnica e territorial do trabalho. Por essa razão, conforme orienta Santos (1994a), não se trata apenas de uma economia política, mas de uma economia política da cidade, uma vez que

A cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação. Por isso, o entendimento do processo global de produção não se contenta com a mera economia política, nem se basta com a Economia Política da Urbanização, exigindo uma Economia Política da Cidade (Santos, 1994a, p. 114).

Em outras palavras, a economia política da cidade “seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (Santos, 1994a, p.114).

Ou seja, meditar sobre o circuito inferior da economia urbana, com foco no comércio de alimentação, do ponto de vista da economia política da cidade, é buscar “entender como os conteúdos do território autorizam certos usos que garantem a sobrevivência de grande parte da população pobre metropolitana no país” (Montenegro, 2013, p. 51).

Cabe pontuar que A., Ribeiro (2005) propõe a leitura desse subsistema econômico sob

uma perspectiva sociológica ao tratar do *mercado socialmente necessário*, o qual se caracteriza como representativo de uma importante parcela da população trabalhadora que, por meio de solidariedades domésticas e redes de sociabilidade, consegue produzir trabalho e renda como alternativa viável ao mercado hegemônico excludente.

A autora afirma

(...) ser necessário que o pensamento crítico dedique-se à tarefa de transformar a ideia hegemônica de mercado, através da recuperação da memória das sociedades em que os mercados permitiam (e ainda permitem) negociação inteligente de interesses, a apropriação popular do espaço e a elaboração do tecido social (...). Os modelos dominantes de organização das atividades econômicas difundem o individualismo e o consumismo. Precisamos resistir a esta difusão, **reinventando o mercado** e enfatizando a solidariedade (Ribeiro, A., 2013a, p. 82, grifo nosso).

De fato, o circuito inferior da economia urbana é a expressão geográfica do mercado socialmente necessário e este é a expressão sociológica daquele. Estas duas perspectivas não se excluem e, de maneira mútua, permitem uma aproximação de método para o estudo da alimentação nas cidades.

O CENTRO DE CAMPINAS: ABRIGO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES DOS POBRES URBANOS

O estudo da dinâmica econômica dos espaços da alimentação dos pobres, especialmente nas grandes metrópoles desiguais socioterritorialmente, como no caso de Campinas, permanece atual e necessário. Sua relevância é evidenciada pelos dados que confirmam baixos salários e altos gastos com as necessidades básicas de sobrevivência, justificando

⁵ - Nesse sentido, Silveira (2013, p. 65) considera a cidade “como a superposição de divisões do trabalho morto – vistas aqui como meio construído – e de divisões do trabalho vivo – entendidas como mercado”.

a procura, por parte daqueles trabalhadores que precisam se alimentar fora de casa, por estabelecimentos do tipo popular, no qual o preço das refeições é, muitas vezes, mais barato.

De acordo com Antunes (2014), as lutas sindicais no ano de 2012 colocaram o vale-refeição como o segundo ponto de pauta das reivindicações dos trabalhadores, atrás apenas das participações dos lucros das empresas, demonstrando, portanto, a importância, nas cidades, desse comércio do tipo popular de alimentação, que possa oferecer comidas a um baixo custo.

Conforme salienta Fischler (1998), a alimentação cada vez menos se identifica, necessariamente, com o universo doméstico. A urbanização das cidades transforma a alimentação em uma mercadoria de consumo de massa, pois cria e aumenta a necessidade de boa parte dos trabalhadores de se alimentarem fora de seus lares. Segundo pesquisa do IBGE (2011) sobre orçamentos familiares, as classes de renda familiar de até dois salários mínimos gastam mais de 50% de suas rendas em suas refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) em estabelecimentos de alimentação presentes nas ruas. Isso demonstra, portanto, a dependência dos trabalhadores com baixos salários, de refeições mais baratas servidas nas ruas, as quais, na maioria das vezes, somente o circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a) consegue oferecer.

Segundo Gobato et al.

(2010), em 2010, na filial campineira do “Bom Prato”⁶, a maior parte dos frequentadores possuía uma renda familiar de 2,4 salários mínimos, desses frequentadores, 19,4% dependiam de algum benefício do governo, sendo a grande maioria (52%) do Bolsa Família. A frequência variava entre pessoas que se alimentavam entre duas a três vezes por semana (43,4%) ou todos os dias (23,3%), e que alegavam ser a única vez no dia em que a alimentação era saudável e acessível⁷. A maioria das pessoas (68,2%) levava em consideração o baixo preço e também a proximidade com o local de trabalho (17,8%), ressaltando o ritmo de vida acelerado que esses trabalhadores se submetem cotidianamente. Antes da implementação desse restaurante popular, 23,3% dos usuários entrevistados almoçavam lanches rápidos, dependendo, assim, dos ambulantes do centro da cidade, geralmente localizados em lugares estratégicos⁸, nas rotas de passagens desses trabalhadores.

Apesar do “Bom Prato” fazer parte de um programa do governo estadual de São Paulo para o desenvolvimento social – não se caracterizando, portanto, como um fenômeno do circuito inferior da economia urbana – ele exemplifica quantitativamente a importância da comercialização de alimentos a baixo preço para a parcela pobre da população do município, que além de se beneficiar desse programa, é dependente de outros estabelecimentos que servem refeições a um preço mais baixo e, nem sempre, oferecem

6 - Rede de restaurantes populares com oferta de alimentação balanceada e de qualidade (almoço e café da manhã), além de serviços como internet gratuita e cursos de qualificação, sendo o público alvo a população de baixa renda, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

7 - Segundo o portal do “Bom Prato” no site do Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, “o almoço, com 1.200 calorias, feito de arroz, feijão, salada, legumes, um tipo de carne, farinha de mandioca, pãozinho, suco e sobremesa (geralmente uma fruta da época) tem custo de R\$ 1,00 para o usuário. O subsídio governamental é de R\$3,81 para adultos e de R\$ 4,81 para crianças com até 6 anos, que tem a refeição gratuita. Já o café da manhã tem leite com café, achocolatado ou iogurte, pão com margarina, requeijão ou frios e uma fruta da estação. A refeição tem 400 calorias em média e custa R\$ 0,50 ao usuário”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

8 - Conforme Montenegro (2013, p. 40) salienta, “embora os pequenos negócios do circuito inferior tendam a se concentrar nas parcelas mais desvalorizadas do tecido urbano, haja vista seu baixo nível de capitalização, esses necessitam,

Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

todavia, de uma escala mínima de mercado que lhes permita perpetuar sua existência. Assim sendo, os agentes do circuito inferior buscam se instalar preferencialmente em localizações centrais da cidade, sobretudo em pontos que representam centros de consumo popular ou, ainda, 'centralidades periféricas' (Rolnik et al., 2004)".

9 - *A péssima condição alimentar associa-se aos baixos salários, uma vez que, conforme Marx (2009, p. 76 apud Ribeiro Junior, 2016, p. 65), "numa sociedade fundada na miséria, os produtos mais miseráveis têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da grande maioria".*

10 - *Contagem realizada em trabalho de campo. Informação válida para as ruas apresentadas na sequência.*

um padrão de qualidade nutricional igual ao do programa supracitado.

Comprova-se, então, uma diferença tanto quantitativa quanto qualitativa – já que para a parcela mais pobre de uma sociedade também são reservadas as refeições mais miseráveis⁹ – do consumo de refeições fora dos ambientes de viver. Essa diferença ocorre, uma vez que

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro (Santos, 1978, p. 45).

Cabe ressaltar a importância de uma leitura crítica do conceito de segurança/insegurança alimentar. Para a reflexão sobre o tema, recomenda-se a consulta de Ribeiro Junior (2008, 2016). Com base no autor (2008, p. 73, grifo nosso),

o entendimento da segurança alimentar construído por essas instituições (FAO, FMI, Banco Mundial) está sempre fundamentado na relação entre a oferta e procura de alimentos. Não importa se o acento está na produção (oferta) ou na renda (demanda solvente); de todo modo prevalece o entendimento de que a insegurança alimentar é provocada por um desequilíbrio na oferta ou na procura, que se manifesta na ausência de estoques alimentares ou na **renda insuficiente de parte da população para adquirir os alimentos**. O discurso e as ações tomadas por essas instituições tentam fazer crer que seja possível organizar e equilibrar essa relação entre a oferta e a procura de alimentos e que somente assim pode-se garantir a segurança alimentar de todos.

Assim, essencialmente, a parcela mais pobre da cidade, na maior parte das vezes, apenas pode alimentar-se “através de um determinado sistema de distribuição frequentemente complementado por um mecanismo de produção igualmente específico” (Santos, 1978, p.45). Em outras palavras, é no

circuito inferior do comércio de alimentos que são realizadas as restaurações de boa parte da pobreza urbana campineira – caminho frutífero para se pensar na segurança/insegurança alimentar urbana.

O universo desse circuito econômico do centro de Campinas é destacado pelas avenidas Orosimbo Maia e Francisco Glicério, as vias no entorno do Terminal Central e as ruas Alvares Machado e Treze de Maio. O recorte analítico, lugar de nossos trabalhos de campo, evidencia uma dinâmica específica, pois são as vias que apresentam maior número de estabelecimentos comerciais concentrados, chamando-nos atenção: bares, restaurantes e ambulantes de alimentos.

A Avenida Orosimbo Maia abriga importantes espessuras ligadas à dinâmica do comércio popular de alimentação no centro: tem-se um total de 11 estabelecimentos alimentícios¹⁰ em sua calçada, entre eles, bancas e barraquinhas de frutas, cafés e salgados, carrinhos de *hot-dog* e sorvetes que dão vida a essa larga avenida, ponto de referência dos trabalhadores que chegam ao centro de várias regiões do município de Campinas. Aqui circulam, por dia, mais de 30 mil veículos (EMDEC, 2014).

O Terminal Central e seu entorno recebem diariamente um fluxo de pessoas de diferentes localizações, boa parte proveniente das periferias da Região Metropolitana de Campinas, em razão, obviamente, da centralidade que tem um Terminal Rodoviário Metropolitano, uma

vez que, a maior integração de diversos meios de transporte “contribui para alterar o perfil dos usuários do centro” (Rolnik et al., 2004, p. 138), tornando-o efetivamente um lugar popular na cidade.

Há, no seu entorno, 36 estabelecimentos alimentícios, que vendem, em sua maioria, bebidas em geral, como café, sucos, refrigerantes, água e vitaminas, e alimentos do tipo “rápido” como salgados fritos e assados, lanches, tapioca, açaís e pastéis. Há, entre eles, alguns restaurantes e bares que servem os chamados “pratos feitos”, os quais custam, em média, de R\$6,00 a R\$10,00.

A Rua Álvares Machado também se destaca pela grande quantidade de estabelecimentos comerciais e pela presença maciça de trabalhadores dependentes de um circuito de alimentação. A via recebeu no final dos anos noventa o comércio “informal” de ambulantes, comportando hoje o “camelódromo” da cidade, que, entre o comércio geral de miudezas, em sua maioria eletrônica, abriga restaurantes, bares e quiosques com comidas para os que estão de passagem.

A Rua 13 de Maio, que se configurava historicamente como um lugar de comércio típico do circuito inferior (Silva, 2012, p. 56) – de pequenos comerciantes – possui, além de atividades destinadas ao varejo de vestuários, doze pontos que vendem refeições, atraindo um fluxo intenso de trabalhadores: diariamente caminham por essa rua, aproximadamente, 100 mil pessoas (EMDEC, 2014). Parte

desses sujeitos realizam suas atividades no entorno e buscam, nos horários destinados à restauração, os estabelecimentos alimentícios do seu “calçadão”.

E, por fim, a Avenida Francisco Glicério. Durante as incursões feitas pelo centro da cidade, com os trabalhos de campo, ela foi inúmeras vezes mencionada pelos próprios sujeitos entrevistados em outras ruas. Estes alegavam ser a avenida a principal “artéria” da região central. Isso devido à grande variedade de estabelecimentos comerciais em toda a sua extensão e ao fluxo de veículos que a percorrem diariamente. Assim, a avenida mostra-se com uma forte dinâmica, tanto diurna, quanto noturna, de trabalhadores e estudantes que ao se deslocarem de seus trajetos entre o domicílio e o trabalho/instituições de ensino, buscam por locais que sirvam refeições de maneira rápida e barata, e, de preferência, próximos aos pontos de ônibus. Nessa avenida, na qual circulam 48 linhas de transporte coletivo e 23 mil veículos por dia (EMDEC, 2009), encontram-se, entre os 38 estabelecimentos alimentícios, a maior parte dos “sanduicheiros” da cidade, os quais, além de disputarem por “pontos”¹¹ para fixação de seus carrinhos de lanches em todos os horários – inclusive de madrugada –, estão a vivenciar, desde 28 de fevereiro de 2015, as obras de “revitalização”¹² implementadas por quase toda sua extensão.

O panorama apresentado reflete a dinâmica econômica

11 - A disputa por “pontos” de instalação de bancas, barracas, trailers e afins, no centro da cidade de Campinas é corriqueira, principalmente entre os “sanduicheiros”. O uso do solo nas vias públicas (ruas e calçadas) do município de Campinas para a comercialização de quaisquer mercadorias, inclusive de alimentos, é regularizado pela Autarquia Municipal de Campinas- SETEC (Serviços Técnicos Gerais). Cada “ponto” regularizado é pertencente a um “permissionário” que deve pagar por mês uma taxa fixa a autarquia, variando entre R\$300,00 a R\$1000,00, dependendo da metragem do estabelecimento e da localização do mesmo. Geralmente, o entroncamento de vias mais movimentadas aumentam os valores dos “pontos”. Sabe-se que muitos dos permissionários regularizados não estão ativos em suas atividades de comercialização, mas sublocando seus pontos, evidenciando, portanto, outra atividade rentável associada ao uso do solo no município de Campinas. Os vendedores das barraquinhas que não são os donos de seus pontos pagam uma quantia por semana aos permissionários registrados, aumentando, dessa maneira, os custos para manutenção de suas atividades de comercialização de alimentos (Informações reti-

Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

radas das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, 2015).

12 - Projeto “Revitalização da Glicério” aprovado em 11 de setembro de 2014 pela Prefeitura Municipal de Campinas (mandato do prefeito Jonas Donizette) em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) (Prefeitura de Campinas, 2014).

13 - Nota-se que a taxa do primeiro semestre é equivalente ao patamar de 2008, último ano em que a cidade apresentou valores maiores do que 6% (Leite, 2015).

14 - Segundo IBGE (2016), este é o pior número registrado em 20 anos na cidade.

15 - Coleta das informações em banco de dados (RAIS, 2012).

16 - Última consulta realizada em abril de 2015. Embora defasados (referência ao ano de 2014), esses são os últimos dados fornecidos sobre a média de salários para os atendentes de lanchonete. Cabe ressaltar que o banco de dados fornece atualizado (data da última consulta) apenas algumas ocupações com menores salários, como por exemplo, o vendedor de comércio varejista, eletricista de instalações, motorista de caminhão e servente de obras.
Continua...

resultante da produção da pobreza na cidade, ao permitir a constatação, a partir da análise sobre o processo de alimentação dos pobres no centro de Campinas, de um uso dialético e seletivo do território: a cidade possui uma taxa de desemprego crescente – no primeiro semestre de 2015 a média de desempregados na Região Metropolitana de Campinas foi de 6,62%¹³ da População Economicamente Ativa (ACIC, 2014) e no final do primeiro semestre de 2016, a taxa subiu para 10,23%¹⁴ (ACIC, 2016) – aliada a uma expansão de atividades precarizadas, marcadas pela baixa remuneração (Pochmann, 2012).

É no circuito inferior da economia urbana que diversas formas de trabalho são assumidas pela pobreza (Montenegro, 2013). Os pobres são abrigados nesse subsistema e possuem maior capacidade de gerar trabalho e renda (Santos, 1979a). Nele, suas demandas mais frequentes podem ser satisfeitas, justificando, dessa maneira, a significativa expansão dos pequenos mercados e a concepção de que esses são socialmente necessários para a cidade.

Seguindo a tendência brasileira, o município de Campinas apresentou entre 2009 e 2012 evidentes saltos estatísticos na quantidade de Microempreendedores Individuais: em 2009, existiam 652 Microempreendedores Individuais, ao findar o mês de novembro de 2014, esse número chegou a 31.804 (Portal do Empreendedor, 2014). A pesquisa reconhece a Lei complementar nº 128 de 19/12/2008

(Brasil, 2008) a qual criou condições especiais para que o trabalhador dito *informal* pudesse se tornar um Microempreendedor Individual (MEI) legalizado. Portanto, há a constatação de uma expansão estatística – com a formalização dos pequenos negócios – daquilo que já existia. O que não invalida a preocupação posta, visto que o número merece reflexão pela sua grandeza.

A média de empregos formais em 2012 no setor do comércio no município foi de 95.747 cargos, com uma remuneração média de R\$1.878,93 (RAIS, 2012)¹⁵. Em estudo no banco de dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) (MTE, 2014), verificou-se que um atendente de lanchonete recebe um dos salários mais baixos, R\$ 884,19 por mês¹⁶, portanto, apenas R\$160,00 a mais que o salário mínimo¹⁷ estimado para o ano de 2014.

A média que se gastava por mês em Campinas, no ano de 2014, com a cesta básica era de R\$ 354,19¹⁸, ou seja, a compra de alimentos essenciais para um atendente de lanchonete requeria de seu planejamento mensal mais de 1/3 do seu salário e aproximadamente 100 horas do seu trabalho (DIEESE, 2015). Consequentemente, os baixos salários que marcam a forte precarização das condições e relações de trabalho e os altos gastos com alimentação – em casa e/ou nas ruas – permitem a expansão e a manutenção de bares e restaurantes populares e ambulantes de alimentos em Campinas.

Nesse sentido, a análise desses estabelecimentos, incluindo os alimentícios, em expansão, sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana, tem servido como contribuição à compreensão do funcionamento atual da economia urbana em Campinas, (i) que se adapta à situação de atração dos pobres na metrópole, adensando, dessa maneira, diversas formas de emprego formais e informais; (ii) que se segmenta através da existência de inúmeras atividades com diferentes níveis de capital, técnica e organização, e (iii) que cria uma vasta oportunidade de empregos que coexistem com as mais distintas empresas, permitindo que a parcela pobre da população também, crie, organize e mantenha seus próprios espaços econômicos (Braudel, 1987; Santos, 1994b; Coraggio, 2002).

O centro da cidade de Campinas é entendido como um lugar complexo no qual, em razão da multiplicidade de atividades e dos diversos processos de socialização, surge a possibilidade da economia pobre e de aglomeração se instalar e prosperar, através, por exemplo, do comércio popular de alimentação que atende, em grande parte, os mais pobres.

Configurado por uma rede de bares e restaurantes populares e de ambulantes de alimentação, esse circuito econômico é formado e fortalecido, sobretudo, pelo consumo dos trabalhadores precarizados que circundam e dinamizam a região central. Esta, demarcada pela cooperação entre trabalhadores e con-

sumidores e pelo conflito entre as demandas organizacionais da cidade, abriga os ‘famintos do mundo urbano campineiro’.

Assim, o centro da cidade concretiza-se como o lugar em que a pobreza urbana encontra espaço para realização de suas *práticas alimentares*¹⁹ (Ribeiro Junior, 2016), sobretudo as chamadas populares. Ou seja, configura-se como o lugar em que os pobres conseguem comer, quando as suas necessidades de restauração se realizam nas ruas.

O circuito inferior do comércio popular de alimentação, então, “surge em resposta às condições de pobreza em que vive uma grande parte da sociedade” (Santos, 1978, p. 45). Dessa maneira, as espessuras desse comércio revelam a situação alimentar urbana dos pobres na cidade, organizadores e sobreviventes de um *mercado socialmente necessário* contra a fome na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a *Situação Alimentar Urbana* demonstra uma importante entrada analítica para um real entendimento da produção social da cidade contemporânea.

Campinas, a exemplo das metrópoles brasileiras, configura-se como uma cidade desigual socioterritorialmente: pobreza e riqueza disputam e organizam espaços; transformam, assim, a urbe. A miséria de seus habitantes – principalmente trabalhadores pobres – estimulou, então, a proliferação de lugares nos quais a comida

17 - *Conforme consta no artigo 7, inciso IV da constituição federal de 1988 (Brasil, 1988), o salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas de qualquer trabalhador urbano e rural “e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.*

18 - *Privilegiamos o ano de 2014 para realização da comparação com o último dado correspondente ao atendente de lanchonete em Campinas. No entanto, cabe ressaltar que para agosto de 2016 a cesta básica, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE, 2016), na cidade de São Paulo (único dado para o estado de São Paulo disponível) chegou a custar R\$ 475,27. Levando em consideração a proposta constitucional do salário mínimo, (nota de rodapé 17) o mesmo relatório da pesquisa adverte que “Em julho de 2016, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pes-*

Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

soas deveria equivaler a R\$ 3.992,75, ou 4,54 vezes o mínimo de R\$ 880,00. Em junho, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.940,24, ou 4,48 vezes o piso vigente” (DIEESE, 2016, p. 1).

19 - Entende-se por práticas alimentares o processo de “produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos” (Ribeiro Junior, 2016, p. 75).

poder ser comercializada, sobretudo, da forma mais barata possível. É no centro da cidade que esses estabelecimentos se manifestam em grande maioria e com a mesma função: alimentar a pobreza circulante.

Assim, o centro de Campinas foi aqui interpretado como o lugar dos *aconteceres solidários* (Santos, 1996), ou seja, o abrigo simultâneo de diferentes formas de produzir e consumir, a casa coletiva de todos os seres humanos, de todas as empresas e instituições. Revela-se, sobretudo, como abrigo da força de uma classe trabalhadora pobre e precarizada, resistente à escassez com a qual é obrigada a conviver cotidianamente.

Tal preocupação fundamental permeou o estudo das situações alimentares desses trabalhadores urbanos. O conhecimento dessas situações – aqui investigadas a partir do esmiuçar dos espaços econômicos populares da alimentação – mostrou-se como um elemento vital tanto para a análise da realidade espacial da urbe de Campinas, quanto para uma imersão na rotina dos trabalhadores da alimentação, propiciando uma compreensão mais profunda sobre a maneira que os estabelecimentos alimentícios do centro da cidade, entendidos como populares, inserem-se no conjunto de atividades do *circuito inferior da economia urbana* (Santos, 1979b).

Este circuito expressa, a partir das suas especificidades, a pobreza pulsante do mundo urbano, e denuncia, nas inúmeras veredas percorridas durante

as nossas investigações, a *fome oculta* (Castro, 1946) persistente nos interstícios da metrópole, ou seja, aquela contida nas *práticas alimentares* (Ribeiro Junior, 2016) de uma infinidade de trabalhadores precarizados e, portanto, forçados “a um regime de terríveis restrições pela perda do valor aquisitivo dos seus salários” (Castro, 1946, p. 280). Dessa maneira, a pesquisa atenta-se para essa fome de “fabricação humana” (Castro, 1961) presente na linha tênue das variações dos preços das refeições e salários na cidade.

Ora, como já advertiu Castro (1946, p.22), “metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come”. Portanto, esse circuito popular de venda de refeições acaba por revelar o drama, mas também a força, dos sujeitos pobres que, em um cotidiano compartilhado e marcado fortemente pela luta da sobrevivência, pelo ‘ganhar e se virar’ nos ambientes antagônicos, organizam seus próprios espaços econômicos, configurando-os como um *mercado socialmente necessário* (Ribeiro, 2005).

Acreditamos que esse circuito, resultado da pobreza existente nos lugares, esteja de fato permitindo a formação desse novo mercado, pois, ao alimentar os pobres sobreviventes da cidade fragmentada e desigual, materializa a produção de um dinheiro social, horizontalizado e, o mais importante, enraizado no meio ambiente construído e na economia urbana popular (Silveira, 2007).

Dessa forma, na conjuntura

atual, o *mercado socialmente necessário* (Ribeiro, 2005) surge como resposta da necessidade indispensável em se “criar um outro ator, com a suas correlatas imagens e porta-vozes” (Ribeiro, A., 2013b, p. 306), a fim de concretizar uma reinvenção da cidade. Um mercado, no qual “(...) pela experiência concreta do compartilhamento, o valor de uso predomina sobre o valor de troca (ver Bourdieu, 1994)” (Ribeiro, A., 2013a, p. 307).

Ou seja, um mercado que garanta a existência do Outro na urbe: do pobre e de sua economia; do *homem lento* (Santos, 2002) e de seu efetivo ato restaurador na metrópole. Um mercado-força contra a reprodução da miséria nesta cidade tão habituada à fome, já que sempre reformulada às exigências do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R.A **universidade pública privatizada: as relações de trabalho, de pesquisa e suas novas lógicas.** Aula aberta ministrada nas atividades de greve do Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas, UNICAMP, 24/06/2014.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPINAS. Disponível em: <http://www.acic.bz/>. Acesso em: jul. 2014.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPINAS. Proposta de requalificação – Avenida Francisco Glicério. 2014. Disponível em: http://www.acic.bz/media/user/downloads/pmc_2014_comdema_i9.pdf Acesso em: jul. 2015.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982, p. 165-194.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: ago. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008.** Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>. Acesso em: jul. 2015.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome- o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.

_____. **Geopolítica da fome- Ensaios sobre os problemas de alimentação e de população no mundo.** Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante, 1961.

CORAGGIO, J.L. A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal. In: PINTAUDI, S. M. (org.). **Economia solidária: um setor em desenvolvimento.** Apoio: URB-AL, São



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Preço da cesta básica aumenta em 13 cidades.** Nota à imprensa, São Paulo, 7 abr. 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015/201503cestabasica.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pelo segundo mês consecutivo, feijão, manteiga e leite elevam o custo da cesta básica.** Nota à imprensa, São Paulo, 4 ago. 2016. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2016/201607cestabasica.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

EMDEC - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS. Disponível em: <http://www.emdec.com.br/eficiente/sites/portalemdec/pt-br/home.php>. Acesso em: jul. 2014.

EMDEC – EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS. Nossa cidade, nossa história. **Glicério:** dos tempos dos bondes às bicicletas. Campinas, 2009. Disponível em: http://www.emdec.com.br/hotsites/nossa_cidade/francisco_glicerio.html. Acesso em: jun. 2015.

ESPEITX, E.; GRACIA, M. La alimentación humana como objeto de estudio para la antropología: posibilidades y limitaciones. **Areas. Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 19, 1999.

FISCHLER, C. “McDonaldização” dos costumes. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (orgs.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLANDRIN, J.L.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FREITAS, M. do C.; MINAYO, M.; FONTES, G. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jan. 2011.

GOBATO, R. et al. Identificação do perfil de usuários de um restaurante popular do município de Campinas. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v. 17, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_17_2_2010/a2-GOBATO-restaurante-24-11-10.pdf. Acesso em: mai. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. Programas da Secretaria de desenvolvimento social. **Bom prato**. 2016. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/bomprato>. Acesso em: ago. 2016.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas

avanzadas. **Revista Espaço e Debates**, jun./set. 1982.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO – Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> Acesso em: ago.2016.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

LEITE, Adriana. Emprego na região de Campinas volta aos índices de 2008. **Correio Popular**, Campinas, 2 fev. 2015. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/01/ig_paulista/237834-emprego-na-rmc-volta-aos-indices-de-2008.html. Acesso em: set. 2016.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** - Informações para o sistema público de emprego e renda. Ministério do Trabalho e Emprego, 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em: jul. 2014.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH, USP, São Paulo, 2006.

_____. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano**. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH, USP, São Paulo, 2012.

_____. Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras. **Boletim Campineiro de Geografia, Campinas**, v.3, n. 1, 2013.

PITTE, J. R. Nascimento e expansão dos restaurantes. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (orgs.). **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Acesso em: jul. 2014.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Revitalização do Centro terá início em janeiro pela Francisco Glicério**. Campinas, set. 2014. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24452>. Acesso em: jun. 2015.

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. 2012. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/> Acesso em: mai. 2014.

RIBEIRO, A.C.T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C.A. (org.). **Formas em Crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

_____. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e**



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 2, 2013a.

_____. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço.** Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 4, 2013b.

_____. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço.** Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 5, 2013c.

RIBEIRO JUNIOR, J.S. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia).** Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia - FFLCH, USP, 2016.

ROLNIK, R. et al. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: EMURB. **Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo.** São Paulo: [s.n.], 2004.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, M. Alimentation urbaine et planification régionale em pays sous-développé. **Tiers-Monde**, tome 10, n. 37, p. 95-114, 1969.

_____. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Edusp, 1978.

_____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Unesp, 1979a.

_____. **Economia Espacial: críticas e Alternativas.** São Paulo: Hucitec, 1979b.

_____. **Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo.** São Paulo: Hucited, São Paulo, 1994a.

_____. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Edusp, 1994b.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, F. C. da. **O circuito inferior da economia urbana em Campinas/SP: análise sobre a mobilidade espacial e o acesso ao crédito.** Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH, USP. São Paulo, 2012.

SILVEIRA, M.L. Globalización y circuitos de la economía urbana em ciudadesbrasileñas. **Cuadernodel CENDES**, Caracas, ano 21, n. 57, p. 1 - 21, 2004.

_____. **Metrópolisbrasileñas: um análisis de los circuitos de la economia urbana.** **RevistaEure**, Santiago, v. XXXIII, n.100, p. 149- 164, dez. 2007.

_____. **Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana.** **Ciência Geográfica**, Bauru, v.XVII, jan./dez. 2013.

SOUZA, J. de. **O caminho da inclusão. O Estado de São Paulo**, 25 out. 2014.